

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 01 de novembro de 2024 às 07h57
Seleção de Notícias

Economia & Negócios - Estadão | BR

Patentes

Inovação: Insper e indiana TCS fazem parceria para criar laboratório no Brasil 3
AUTOR | LÍLIAN CUNHA

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Mercado musical global entra em alerta com desaceleração 5
MARCELO DE ASSIS

Folha de S. Paulo | BR

01 de novembro de 2024 | Direitos Autorais

Nova busca do ChatGPT, da OpenAI, reproduz trechos de reportagens sem autorização 6
MERCADO

Exame.com | BR

Pirataria | Biopirataria

COP16: Brasil busca novo modelo de financiamento da biodiversidade, diz Marina Silva 8

BOL - Notícias | BR

Pirataria | Biopirataria

Como a COP16 da Biodiversidade busca compensar a 'biopirataria digital' 10
NOTÍCIAS | 10 | 31

Estado de Minas - Online | MG

01 de novembro de 2024 | Marco regulatório | INPI

Pedidos internacionais de patente 12

Jota Info | BR

Arbitragem e Mediação

Afinal, o que é preciso para ser um árbitro no Brasil? 14

Migalhas | BR

ABPI

MIGALHAS n° 5.970 17
CATÁLOGO

Direitos Autorais

Daniel Alves indenizará em R\$ 80 mil por apropriação de música 24

Inovação: Insper e indiana TCS fazem parceria para criar laboratório no Brasil



Estudantes, startups, empresas e universidades poderão participar em projetos que envolvem robótica, engenharia, inteligência artificial e internet das coisas

No Japão, a população idosa (com 65 anos ou mais) soma quase um terço dos habitantes. Como cuidar dessas pessoas é um dos maiores desafios para a sociedade local. Foi pensando nisso que a indiana Tata Consultancy Services (TCS) decidiu fomentar, em parceria com a Universidade de Tóquio, o desenvolvimento de um robô companheiro: ele é capaz de dar alimentos na boca, guiar pessoas até seus assentos ou quartos ou levá-los até o balcão em clínicas de exames ou hospitais.

Num futuro próximo, novos sensores que estão sendo desenvolvidos pelas duas partes ajudarão os robôs a realizar mais funções completamente por conta própria, como detectar e evitar obstáculos físicos e responder a conversas de voz usando inteligência artificial.

Robô que cuida de pacientes idosos desenvolvido pela TCS e pela Universidade de Tóquio

Foto: Tata Consultancy Services (TCS)

Inovações tão necessárias quanto essa poderão ser desenvolvidas também aqui no Brasil a partir do ano que vem. Isso porque a TCS - uma das maiores empresas do mundo na área de tecnologia da informação

- e o Insper, instituição de ensino superior que atua nas áreas de negócios, economia, direito, ciência da computação e engenharia acabaram de firmar uma parceria que prevê R\$ 50 milhões para inovação e pesquisa.

Por dez anos, as duas instituições vão manter, em São Paulo, um laboratório que irá tocar projetos nas áreas de engenharia de inteligência artificial, IA generativa e internet das coisas (IoT), serviços financeiros, seguros e energia. Os projetos, que serão tocados a partir do ano que vem, já estão em fase de seleção. Poderão participar os 3,5 mil alunos da graduação do Insper, os 2,5 mil da pós-graduação, além de startups, empresas brasileiras e multinacionais.

"Temos uma infraestrutura de 1 mil metros quadrados na Vila Olímpia para dedicar a essa parceria", diz Rodrigo Amantea, diretor do "Hub de Inovação e Empreendedorismo Paulo Cunha", do Insper. A expectativa é desenvolver cerca de seis projetos por ano com a parceria.

Além do investimento em dinheiro, a TCS pode contribuir com repasse de tecnologia. "Temos mais de seis mil engenheiros no mundo todo e milhares de **patentes** registradas", diz Bruno Rocha, diretor regional da TCS Brasil.

A TCS faz parte do Tata Group, o conglomerado indiano de US\$ 100 bilhões e mais de 150 anos, com quase 100 empresas, incluindo a Tata Motors, o maior fabricante de automóveis da Índia, a Tata Steel, de aço, a Tata Power, de energia, dentre outras.

O Insper é a primeira e única instituição de ensino do Brasil que tem a parceria com a TCS. No entanto, outras universidades também poderão participar dos projetos.

Bruno Rocha (E), da TCS, e Rodrigo Amantea, do

Continuação: Inovação: Insper e indiana TCS fazem parceria para criar laboratório no Brasil

Insper: parceria em busca de projetos inovadores

Foto: Alex Silva/Estadão Em outros países, a TCS tem cooperações semelhantes. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Universidade de Berkeley, a Universidade Carnegie Mellon, a Cornell Tech, o MIT (Massachusetts Institute of Technology) e a Universidade de Stanford têm parceria com a indiana. No Japão, a ligação é com a Universidade de Tóquio, e no Reino Unido, com a Universidade de Londres.

A TCS, que está no Brasil desde 2002 e tem 6 mil funcionários em 30 cidades do País, faz parceria até mesmo com empresas do próprio grupo Tata. Foi o caso do desenvolvimento de um robô chamado de TCS AMR para centros de distribuição logística capaz de manusear diferentes cargas, empacotar mercadorias, fazer triagem, transportar, armazenar e realizar a carga e descarga de caminhões.

Em outros casos, além de envolver empresas do grupo, as parcerias incluem mais de uma universidade e também hospitais, em vários países. É o caso do robô que atende pacientes idosos, citado no início deste texto. "Temos parcerias, por exemplo, com empresas de aviação e com montadoras como a Jaguar e a Land Rover (que também fazem parte do grupo Tata)", explica Rocha.

"O que queremos com essa parceria é tocar projetos anuais que tenham conexão com a indústria e possam resolver problemas reais da sociedade", diz Aman-tea.

Essas conexões entre indústria, academia e outras instituições de pesquisa são fundamentais para a geração de inovação, segundo Maximiliano Carlomagno, sócio da consultoria em inovação Innoscience. "As empresas perceberam que nem todos os conhecimentos necessários para o desenvolvimento dos seus negócios e para evolução dos seus produtos e serviços estão dentro de casa. Por isso, passaram a fazer movimentos de inovação aberta", diz o especialista.

Esse é o nome que se dá ao processo de "externalizar conhecimentos internos e de internalizar conhecimentos externos", explica Carlomagno. Para ele, a parceria entre Insper e TCS tem tudo para criar novas tecnologias. Além do dinheiro investido ser uma quantia suficiente, o importante é que é uma iniciativa de médio a longo prazo, diz. "Tempo e interconectividade são alguns dos princípios básicos para se gerar inovação."

Mercado musical global entra em alerta com desaceleração



Enquanto isso, mercado musical brasileiro bate R\$ 1 bilhão em **direitos** autorais

O negócio do mercado musical em nível global começa a gerar preocupações em um horizonte não muito distante. De acordo com um relatório recente da Midia Research, o mercado fonográfico global já dá sinais de desaceleração e a empresa já dá como certo um tímido crescimento de apenas 1,6% até 2030.

O que estaria incluído neste negócio? Vários itens, como produtos físicos que incluem vinil, CD's e fitas cassete, além do streaming.

No blog da Midia Research, em um artigo assinado por Tatiana Cirisano, observou-se que "as vendas não oficiais de produtos estão corroendo o mercado".

"De forma alarmante, cerca de um quarto dos comportamentos de compra de produtos são separados da indústria musical. Isso ocorre porque eles vêm de fornecedores não oficiais, como produtos feitos por fãs e páginas do Etsy, ou do mercado de segunda mão", continua explicando Cirisano.

E alerta: "Com a ênfase atual na monetização do fandom, as gravadoras correm o risco de 'colheita excessiva' do fandom - retirando esse recurso a ponto de haver menos para regenerar no futuro".

A Midia Research acredita, de acordo com o artigo,

que artistas e detentores de direitos podem transformar isso em uma oportunidade ao colaborar com esses fãs e vendedores não licenciados.

Enquanto isso, mercado musical brasileiro bate R\$ 1 bilhão em direitos autorais. Enquanto há incertezas no horizonte, o mercado musical brasileiro bateu, no mês de agosto, a marca de R\$ 1 bilhão em **direitos** autorais distribuídos para compositores, músicos e demais artistas nacionais e estrangeiros que tiveram suas músicas tocadas no país.

Os números são do Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) e consideram o acumulado de distribuição de valores dos oito primeiros meses de 2024.

A instituição já havia ultrapassado essa marca nos anos de 2017, 2022 e 2023. Diferentemente dos anos anteriores, o primeiro bilhão em **direitos** autorais em 2024 foi alcançado a quatro meses do fechamento anual. Isso foi possível em razão dos segmentos de rádio, TV aberta e streaming de vídeo que, juntos, somaram 47% dos valores distribuídos.

A previsão da instituição para este ano no mercado musical é distribuir um total de R\$ 1,5 bilhão em **direitos** autorais para a classe artística.

O Ecad é uma instituição privada, sem fins lucrativos e a única no Brasil responsável por arrecadar e distribuir **direitos** autorais de execução pública musical.

Nova busca do ChatGPT, da OpenAI, reproduz trechos de reportagens sem autorização

MERCADO



Associação de jornais classifica prática como plágio; empresa diz pagar publicações, mas não menciona veículos da América Latina, África ou Ásia.

Pedro S. Teixeira

São Paulo - A OpenAI transformou o ChatGPT em um buscador nesta quinta-feira (31) e entrou em concorrência direta com o Google. A ferramenta, ativada com um clique, entrega informações exclusivas de sites jornalísticos e ignora a cobrança de assinaturas, embora apresente um link para o endereço da fonte.

A ferramenta está disponível apenas para os usuários que pagam a assinatura de R\$ 115 cobrada pela OpenAI. O presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Marcelo Rech, chama o serviço do ChatGPT de plágio, porque a plataforma "está copiando conteúdo de propriedade de veículos jornalísticos sem pedir autorização".

A OpenAI destacou no texto de divulgação as parcerias que fechou com veículos americanos e europeus, mediante pagamentos anuais entre US\$ 1 milhão e 5 milhões (R\$ 5,8 milhões e R\$ 29 milhões), para entregar informações atualizadas. A empresa, contudo, não menciona nenhum veículo da América

Latina, África ou Ásia, regiões onde a tecnologia também passou a funcionar.

O post de divulgação da ferramenta também não explica como os sites podem evitar que seu conteúdo seja usado.

Procurada via e-mail, a empresa disse que "mantém conversas" sobre o assunto com veículos de imprensa de todo o mundo. A companhia não deu detalhes sobre parcerias com veículos da América Latina, África e Ásia.

Não houve até agora pagamentos da criadora do ChatGPT para sites jornalísticos brasileiros, afirma Rech, da ANJ.

A Folha, por exemplo, impede que seu conteúdo seja usado pela OpenAI para desenvolver modelos de IA. A indicação é feita a partir de um arquivo chamado "robots.txt", disponível no código-fonte do site, em que o jornal pede para não ser visitado pelo robô da OpenAI, chamado de GPTbot.

Mas a empresa usou outro bot, chamado OAI-SearchBot, permitindo o driblar ao veto. "Sites podem aparecer na busca mesmo que vetem o uso de suas informações para treinar modelos de IA generativa", afirmou a OpenAI.

Nesta quinta-feira (31), a reportagem da Folha fez a seguinte busca no novo sistema do ChatGPT: "Como é a tabela de pagamentos do jogo tigrinho"? A resposta foi um resumo detalhado de uma reportagem publicada com exclusividade pelo site na última terça-feira (29).

O excerto descreve, inclusive, o conteúdo de um infográfico que acompanha o texto. O link para a reportagem aparece ao fim do resumo, acessível por

Continuação: Nova busca do ChatGPT, da OpenAI, reproduz trechos de reportagens sem autorização

meio de um botão clicável.

Em testes feitos pela Folha, o buscador da OpenAI também reproduziu informações exclusivas e protegidas por paywall (a barreira de cobrança de assinatura) de outros jornais brasileiros.

A nova tecnologia da OpenAI repete o padrão da busca de IA utilizado pelo Google de retirar as informações cruciais de textos de sites com credibilidade, alguns protegidos pelo sistema de paywall, e entregá-las para o usuário.

"Precisamos falar de **direito** autoral dos veículos jornalísticos, já que a raspagem de dados pelas IAs ge-

nerativas não leva em conta o **direito** autoral dos produtores de informação", diz a presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Samira de Castro.

Castro e Rech também consideram baixos os valores pagos pela OpenAI para usar conteúdo de empresas da Europa e dos EUA. Ambos pediram a criação de mecanismos de remuneração que sirvam aos veículos médios e pequenos de todo o mundo.

A ANJ recomenda que os jornais brasileiros bloqueiem os robôs da OpenAI e procurem a empresa para pedir remuneração pelo conteúdo utilizado.

COP16: Brasil busca novo modelo de financiamento da biodiversidade, diz Marina Silva



Ministra do Meio Ambiente da Colômbia contou os avanços e objetivos nas negociações por parte da delegação brasileira

De Cali, Colômbia*

Os avanços e as negociações entorno da participação brasileira na COP16, a Conferência da ONU sobre a biodiversidade, foram detalhados na manhã desta quinta-feira, 31, pela ministra do meio ambiente Marina Silva.

O financiamento necessário para garantir a manutenção da biodiversidade é um dos pontos que, segundo Marina Silva, estão aquém do necessário. "Chegamos a cerca de US\$ 200 milhões voltados a proteção dos ecossistemas, valor muito inferior ao necessário. Há ainda a promessa de atingirmos US\$ 407 milhões no Fundo Global da Biodiversidade", afirmou. A ministra afirmou que o trabalho inclui garantir o acesso por países em desenvolvimento e megadiversos.

Maria Angélica Ikeda, diretora do departamento ambiental do Itamaraty, afirmou que o Brasil está empenhado em propostas para a melhor implementação do Marco Global da Biodiversidade. "Não podemos ficar na promessa do financiamento de 2% da meta dos países desenvolvidos", disse.

Marina Silva ainda afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva busca uma reforma nos mecanismos multilaterais de financiamento, uma vez que as fontes financeiras globais podem não atender às necessidades do Sul Global.

"Queremos um mecanismo novo de financiamento no espaço das iniciativas privadas, não apenas em doações. Assim, não terá um grande peso o pagamento dos países desenvolvidos, já que esse recurso viria das empresas. Não é uma doação, é um pagamento", reforçou.

Remuneração às comunidades

De acordo com a ministra, a prioridade do Brasil é que as negociações determinem uma remuneração justa às populações tradicionais, indígenas e afrodescendentes pelo seu trabalho nos saberes e domínio dos **recursos** genéticos da biodiversidade.

O tema gera um impasse. Uma das negociações em andamento é sobre o possível pagamento das companhias que exploram os dados genéticos da biodiversidade para as comunidades tradicionais. O tema inclui gigantes da indústria farmacêutica, beleza e cosméticos. A discussão é sobre quais empresas devem pagar, quanto deveriam custear e se esse pagamento deve ser obrigatório ou voluntário.

Enquanto o Brasil e países africanos votam que a remuneração aos povos deve ser obrigatória - e fixa em 1% dos lucros da companhia --, nações como Suíça, Japão, Estados Unidos e a União Europeia votam pelos pagamentos voluntários.

"O que queremos é repartição justa dos benefícios para as populações tradicionais", disse a ministra.

Inclusão dos povos indígenas e afrodescendentes

Continuação: COP16: Brasil busca novo modelo de financiamento da biodiversidade, diz Marina Silva

A ministra ainda afirmou que é importante para o Brasil que esta COP da biodiversidade conte com a determinação sobre o Artigo 8J. Trata-se de um documento da Organização das Nações Unidas que reforça a importância dos saberes tradicionais, das inovações e práticas indígenas e afrodescendentes na manutenção da biodiversidade. Nesta quinta-feira, 31, foi aprovado o grupo de trabalho sobre o tema, o que acelera o alcance das metas do Marco Global.

A cooperação entre as três conferências das ONU - além da COP da biodiversidade, também existem a do clima e a contra a desertificação - também foi ci-

tada pela ministra. O objetivo é que haja mais sinergia entre as convenções, de forma que atuem em uma forte colaboração entre os temas na busca de um mesmo objetivo: a melhoria dos ecossistemas. "Esperamos mais união entre as COPs que nasceram a partir da Conferência Rio 1992, e que, daqui em diante, possamos ter mais clareza sobre como essa sinergia vai acontecer", disse.

*A jornalista viajou a convite.

Como a COP16 da Biodiversidade busca compensar a 'biopirataria digital'

NOTÍCIAS

A 16ª Conferência da ONU sobre a **Diversidade** Biológica se encaminha para o fim nesta sexta-feira (1º) em Cali, na Colômbia, com um impasse sobre a delicada questão da repartição dos benefícios genéticos da natureza. Os países megadiversos, como o Brasil, insistem para a criação de mecanismos justos de compensação pelo uso desses recursos naturais - com os quais multinacionais agroalimentares, farmacêuticas ou cosméticas fazem fortunas, principalmente nos países desenvolvidos.

Lúcia Müzell, da RFI em Paris

A solução não poderia ser simples para um problema que, com o avanço das tecnologias, se tornou ainda mais complexo. O sequenciamento genético digital (DSI, na sigla em inglês) de plantas, animais e microrganismos, postos à disposição da comunidade científica, agora dispensa que eles sejam extraídos diretamente da natureza para serem utilizados pelas diferentes indústrias e pela academia, em pesquisas científicas.

"Se, antes, existia a prática de **biopirataria** de ir a um país como o Brasil e pegar uma determinada semente, como aconteceu bastante no passado, e levá-la para um outro país, desenvolver um novo produto e patentear-lo, hoje isso não acontece mais", explica a advogada Bruna Dias, que desenvolve uma tese sobre este assunto na universidade Panthéon-Assas, em Paris, e é consultora jurídica da 3Bio, especializada em regulação internacional de biotecnologia.

"Hoje, os cientistas codificam o genoma de toda essa semente, de uma planta, um animal ou, muitas vezes, um microrganismo, que eles armazenam em nuvens em depositários internacionais e, para desenvolver novos produtos, as empresas simplesmente usam esse sequenciamento genético. Muitas empresas do

agronegócio, como Syngenta ou Bayer, fazem uso intensivo disso e não precisam mais de recursos físicos", complementa Dias. "Elas não precisam mais de uma semente de tomate: precisam simplesmente do código genético da variedade dele e desenvolvem novas, que podem ser, por exemplo, resistentes à seca."

Novas regras para atualizar Protocolo de Nagoya Os três principais bancos de dados ficam na Inglaterra, no Japão e nos Estados Unidos. Esta configuração obriga as 193 nações signatárias da Convenção sobre a **Diversidade** Biológica, assinada em 1992, a encontrarem novas formas de retribuir os países que abrigam e conservam estes valiosos recursos na natureza.

A repartição dos benefícios está prevista no Protocolo de Nagoya, de 2010, mas o documento se aplica apenas ao material genético físico. Na última COP, em 2022, ao assinarem o primeiro Marco Global da Biodiversidade, os países concordaram com a criação de um mecanismo multilateral para a repartição dos benefícios, "incluindo um fundo global". Até agora, entretanto, as discussões em Cali não chegaram a um consenso.

Sobre a mesa, encontram-se alternativas como a instauração de uma taxa de até 1% sobre o valor de varejo destes produtos, ou um percentual inferior sobre os lucros anuais das multinacionais que utilizam sequenciamentos genéticos da natureza. Também está em aberto como esta compensação seria efetivada: se por meio de projetos específicos de proteção da biodiversidade ou por financiamento direto aos países detentores das riquezas.

Pressa por decisão O tema é prioritário para as nações florestais, como a anfitriã, Colômbia, o Brasil, que abriga a maior área de floresta tropical e a maior

Continuação: Como a COP16 da Biodiversidade busca compensar a 'biopirataria digital'

biodiversidade do mundo, mas também os países africanos e do sudeste asiático. A negociação envolve, ainda, as comunidades locais e indígenas, que preservam muitos destes recursos.

"A negociação de DSI está muitíssimo intensa. Tive acesso ao último rascunho de acordo, mas eles já incluíram uma nova possibilidade - o que mostra que está ficando cada vez mais complexo", nota Bruna Dias. "É difícil ter uma decisão até sexta, mas, ao mesmo tempo, percebo que existe uma vontade política muito grande para que saia algum resultado nesta COP. O meu medo é que saia uma decisão, porém não seja a melhor possível, principalmente para

os países detentores de biodiversidade. De sair qualquer coisa, só porque querem decidir alguma coisa", salienta a especialista.

Um dos argumentos dos lobbies industriais e alguns países ricos para não compensar financeiramente os países florestais é que são eles próprios que sustentam a existência dos bancos de dados genéticos, para o benefício de toda a comunidade internacional. Outros, como a Suíça ou o Japão, têm batalhado para que a repartição dos benefícios seja voluntária, uma alternativa amplamente rejeitada pelos países em desenvolvimento.

Pedidos internacionais de patente



Tratado facilita a proteção de inventos em vários países

No mês passado, ocorreram encontros para aprimorar a aplicação do Tratado de Cooperação em Matérias de Patentes (PCT)

No mês passado, foram realizados importantes encontros visando o aprimoramento da aplicação do Tratado de Cooperação em Matérias de Patentes (PCT, na sigla em inglês).

Eles ocorreram na China entre os dias 15 e 18 de outubro e no Chile entre os dias 23 e 25 de outubro. Representantes do **INPI** (**Instituto** de Propriedade Industrial) estavam presentes, conforme informado no site da Autarquia. Segundo a publicação "no Chile, o **INPI** participou da Reunião Regional sobre o PCT para países da Latina, entre os dias 23 e 25 de outubro. O evento reuniu representantes de diversos países da região com o objetivo de discutir estratégias para aprimoramento do uso do sistema, promovendo a colaboração e a troca de experiências entre os países"

O PCT, assinado em 1970, oferece um procedimento simplificado para um inventor que deseja obter a proteção de sua criação em vários países simultaneamente.

Diferentemente do que possa parecer, não existe uma patente mundial ou internacional. A concessão de uma patente pelo **INPI**, só tem efeitos no território brasileiro. Concorrentes de um inventor poderão explorar livremente, em outros países a tecnologia desenvolvida por ele.

Se ele deseja ampliar internacionalmente os efeitos de sua patente, será necessário apresentar depósitos individualizados para cada país onde ele quiser explorá-la.

O tratado (PCT) permite que vários pedidos de patente sejam realizados simultaneamente, em muitos países, por meio de um único depósito, o "Depósito de Patente".

Para utilizar o PCT, o inventor deve protocolar seu requerimento em um organismo receptor que, geralmente, é o escritório de patentes de seu país, como é o caso do **INPI**, ou perante a OMPI (Organização Mundial de **Propriedade** Intelectual). Esse único pedido tem efeitos perante mais de 150 países que são signatários do tratado.

Após o protocolo, uma Autoridade de Pesquisa (ISA) realiza uma busca por anterioridades (patentes já existentes) sobre a matéria e emite um parecer sobre a possibilidade de patentear a invenção. Em seguida, o pedido é publicado pelo órgão e a invenção passa a ser de conhecimento público mundialmente.

Siga nosso canal no WhatsApp e receba em primeira mão notícias relevantes para o seu dia

De "posse" dessas informações o inventor poderá se dirigir aos países de seu interesse para requerer a patente em cada um deles. Os escritórios de patentes já terão relatórios preliminares sobre a viabilidade daquela patente, o que facilitará o exame.

Além de simplificar o processo para o interessado, o sistema (PCT) permite uma disseminação mais efi-

Continuação: Pedidos internacionais de patente

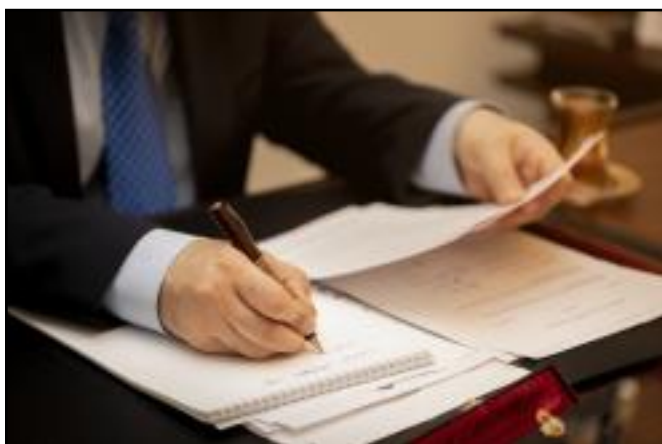
caz do conhecimento técnico ligado ao objeto daquela patente permitindo que outros inventores mundo afora desenvolvam novas tecnologias.

O autor desta coluna é Advogado, Especialista e Mestre em Direito Empresarial. É sócio do escritório

Ribeiro Rodrigues Advocacia e da Tríplice Marcas e Patentes

Sugestões e dúvidas podem ser enviadas para o e-mail lfelipeadvrr@gmail.com

Afinal, o que é preciso para ser um árbitro no Brasil?



O Brasil se tornou um local estratégico no tabuleiro da **arbitragem** pelo mundo. Por isso, a formação de árbitros se tornou tanto uma oportunidade de carreira para os profissionais do Direito quanto necessidade para o desenvolvimento do mecanismo extrajudicial no país.Â

Organizada pelo Centro de **Arbitragem** e **Mediação** da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CBC), a programação do XI Congresso de **Arbitragem** e da 17ª Conferência Bienal da IFCA (*International Federation of Commercial Arbitration Institute*) reuniu duas árbitras de diferentes gerações. Elas conversaram sobre os desafios da carreira, os requisitos necessários e as possibilidades formativas para quem deseja entrar na área.

Edna Sussman, árbitra e mediadora israelense com nacionalidade americana - e que já atuou em mais 300 disputas comerciais e mais de 200 mediações comerciais complexas domésticas e internacionais - conversou com Giovana Benetti, sócia de Judith Martins-Costa Advogados, árbitra e secretária de tribunais arbitrais desde 2010.

A maior parte do público que acompanhou a conversa entre as árbitras era composta por advogados que ainda não atuam em câmaras arbitrais, mas que são entusiastas da área. O Brasil se tornou um dos principais pólos de **arbitragem** no mundo em número de disputas, o que justifica o interesse que mui-

tos profissionais demonstram em saber mais sobre o tema e o desejo de trabalhar na área.

Um dos motivos para isso é que o Brasil tem alta litigiosidade, o que (entre outros fatores) contribui para o acúmulo e para a morosidade do sistema público de adjudicação de disputas. Para se ter ideia, segundo dados da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), 82,4 milhões de ações judiciais estão em tramitação em todos os tribunais do país, sendo que 35,2 milhões de novos processos foram iniciados em 2023.Â

Nesse cenário, e desde a promulgação da Lei da **Arbitragem** (Lei 9.307/ 1996), tem ocorrido uma significativa evolução do mercado brasileiro de **arbitragem**. Essa alternativa contribui para a resolução de conflitos de modo mais rápido e com a possibilidade de indicação de árbitros com notório saber nos assuntos discutidos. Além da confidencialidade, em alguns casos, a **arbitragem** pode também ser menos custosa que o Judiciário.Â

Com a presença de muitos fundos de investimento, o Brasil atrai cada vez mais investidores e cria um cenário propício para o fortalecimento da **arbitragem** brasileira, que já recebe destaque internacional.Â Â

O que é preciso para se tornar árbitro e se destacar na área?

Para ser árbitro, é preciso demonstrar sólido conhecimento na área da advocacia e, preferencialmente, conhecimento e experiência em assuntos específicos. Isso é primordial para se destacar e ser convidado para arbitrar questões que envolvem o tema de especialidade. Mas além disso, o que pode ser feito para atuar na área?

Edna Sussman iniciou a conversa compartilhando sua trajetória profissional e o que a atraiu para a **arbitragem**. Ela contou que teve uma ótima experiência como magistrada em um Tribunal de Jus-

Continuação: Afinal, o que é preciso para ser um árbitro no Brasil?

tiça, mas em determinado momento começou a ficar frustrada com a duração e complicações dos processos.Â

"Eu não conseguia fazer as ações caminharem, elas apenas se arrastavam indefinidamente e custavam uma fortuna. Assim, simplesmente não sentia que eu estava fazendo algo muito produtivo", recordou.

Além disso, ela almejava mais **flexibilidade** de horários e locais de trabalho. "Estava cansada de voltar tarde do escritório, pois tinha que colocar meus filhos na cama. Queria um trabalho mais flexível e mais gratificante. Então, pensei: a **arbitragem** parece ser uma maneira muito melhor de resolver disputas. Vou tentar isso! Entrei no painel da AAA (*American Arbitration Association*) logo depois que deixei o escritório", conta.Â

Para aqueles que estão entrando na carreira, o conselho de Giovana Benetti é **unir-se** a grupos com o mesmo interesse e ter paciência para iniciar cumprindo papéis menores dentro dos processos, mesmo já tendo experiência em outras áreas. Esse foi o caminho seguido por ela, que desde a época em que cursava Direito participava de grupos de estudos sobre **arbitragem**.Â

"Esse primeiro contato me motivou muito. Iniciei na orientação de estudos, mais tarde trabalhei como secretária de **arbitragem** e um tempo depois passei a atuar como sênior. Como qualquer jovem, eu não tinha experiência prévia, o que é um dos maiores desafios para ingressar em qualquer área, mas felizmente encontrei pessoas que me deram uma oportunidade", contou.

Outra dica dada por Edna é **estabelecer** uma boa reputação. Segundo ela, isso pode ser feito de diferentes maneiras, desde que o profissional evidencie sua capacidade analítica, crítica e sua ponderação. Ela contou que participava de listas de discussões sobre **arbitragem**, onde postava muitos textos e comentários sobre o assunto. Assim, começou a ser

conhecida no meio em diversos locais do mundo.Â

"Nem todo mundo gosta de escrever, nem todo mundo gosta de falar, mas todo mundo gosta de fazer algo útil para colocar seu nome em evidência. Portanto, empenhe-se em descobrir o que funciona para você", aconselhou.

Além de fortalecer a imagem profissional pessoal, é essencial estabelecer uma rede de contatos com outras pessoas, o famoso **networking**. Os eventos, nacionais e internacionais, são uma boa oportunidade para isso, além de serem importantes momentos formativos. Entretanto, é preciso estratégia e esforço para que a participação vá além de acompanhar discussões - para, de fato, oportunizar uma interação mais próxima entre pares.Â

"Uma amiga minha convida pessoas para um jantar no final de dias de evento. Eu me arrependo de não ter feito isso ao longo dos anos. Já nos acostumamos a estabelecer muitos contatos rápidos, então por que não sentar-se com quatro ou cinco pessoas e realmente solidificar essas relações e estabelecer um contato verdadeiro? Você pode fazer amigos em todo o mundo", sugeriu Edna Sussman.

Aumentando a rede de contatos

Essa mesa de discussão fez parte da 7ª edição da São Paulo Arbitration Week (SPAW), a semana internacional de **arbitragem** de São Paulo, que ocorreu de 14 a 18 de outubro. A programação contou com uma série de painéis e entrevistas com especialistas brasileiros e estrangeiros sobre os caminhos e tendências na resolução de conflitos que envolvem múltiplas partes e setores.

A realização de eventos internacionais no Brasil indica a forte oportunidade do estabelecimento de uma rede de contato abrangente.Â

Árbitros lidam com pessoas o tempo todo, e segundo Edna e Giovana, a capacidade de manter uma boa re-

Continuação: Afinal, o que é preciso para ser um árbitro no Brasil?

lação, ética e respeitosa, com a equipe e com as partes envolvidas nos processos é uma habilidade essencial para um árbitro de sucesso. Nesse aspecto, a maior dificuldade para alguns é alcançar o equilíbrio entre boas relações, flexibilidade para a tomada de decisões e ética profissional. Faz parte da profissão considerar diferentes opiniões, mas também é preciso ser firme e não abrir mão de certas convicções.

Sobre o futuro da **arbitragem**, Edna destacou a importância da **adaptabilidade** para o novo, o que inclui aprender a utilizar a inteligência artificial (que também foi discutida no evento) para facilitar e en-

riquecer processos de trabalho.Â

"Meu irmão era advogado na Polônia na década de 1930 e quando lançaram pequenos gravadores, com apenas quatro botões, não conseguiu usar porque era 'tecnologia demais' para ele. Hoje, as mudanças são muito mais rápidas e todos nós teremos que ser flexíveis e muito ativos para acompanhar o avanço. Ao contrário do meu irmão, não podemos mais nos dar ao luxo de recusar as mudanças, ou ficaremos para trás", concluiu a árbitra.

MIGALHAS nº 5.970

CATÁLOGO



Quinta-Feira, 31 de outubro de 2024 - Migalhas nº 5.970.

Fechamento às 08h06.

"Cumpre dar ao imposto o seu verdadeiro e genuíno caráter de taxa sobre a renda."

Rui Barbosa

Reforma tributária

Câmara concluiu a segunda etapa da votação do projeto que regulamenta a reforma tributária, optando por não incluir a taxação sobre grandes fortunas. ()

Reforma tributária - II

Com foco na simplificação, o projeto cria o IBS - Imposto sobre Bens e Serviços para substituir o ICMS e o ISS, buscando maior eficiência na arrecadação. ()

Reforma tributária - III

A nova regulamentação também ajusta as regras para o ITCMD, redefinindo o cenário tributário nacional. ()

Nicho da advocacia

Ninguém duvide, a reforma tributária abrirá um mercado gigante na advocacia. Se não quiser perder esse bonde, participe do evento presencial da "Reforma Tributária do Consumo e da Renda" e prepare-se para o que virá. Inscreva-se agora! Evento dia 5/11, próxima terça-feira, às 9h, em São Paulo. ()

abpi.empauta.com

PIS/Cofins

STF fixou tese e confirmou a eficácia imediata de decreto presidencial que restabeleceu as alíquotas originais de PIS/Pasep e Cofins, revogando redução do governo Bolsonaro. ()

Débitos tributários

1ª seção do STJ estabeleceu que arrematantes de imóveis em leilões não são responsáveis por débitos tributários anteriores à arrematação. ()

Precatórios

STF decidiu que taxa Selic não deve ser aplicada durante o prazo de pagamento de precatórios, conhecido como "período de graça". Veja a tese fixada. ()

Contribuição - do leitor

Um douto migalheiro compartilhou uma observação perspicaz sobre a EC 103, de 2019, que trata das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos. Chamou atenção para o art. 11, que, veja só, condiciona a vigência das alíquotas progressivas a uma nova lei - norma que, até o momento, parece ter se perdido pelo caminho. Nos lembra o leitor que, enquanto a lei não aparece, tentaram tapar o buraco com a portaria 2.963, de 2020, e a IN RFB 2.097, de 2022, que aplicaram as alíquotas progressivas, digamos, de forma criativa. Resultado: o STF agora se vê diante de um possível impacto fiscal de R\$ 300 bi. E, com a bomba prestes a estourar no Supremo, nosso arguto leitor manifesta a esperança de que a Corte mantenha seu tradicional distanciamento das pressões econômicas.

Convivência restrita

Justiça regulamentou as visitas de uma avó ao neto,

com limites para proteger o bem-estar psicológico da criança. ()

aPETem os cintos

Governo Federal lançou o Pata - Plano de Transporte Aéreo de Animais, com diretrizes para o transporte seguro de cães e gatos em voos nacionais e internacionais. ()

Cão-ciliação judicial

Os pets estão ganhando cada vez mais espaço em pautas importantes, tanto no setor de transporte, como no Judiciário. Questões como guarda e pensão alimentícia para pets começam a chegar aos tribunais brasileiros, evidenciando o vínculo afetivo e a crescente atenção aos direitos dos animais. Quer saber tudo sobre isso? No dia 25/11, Migalhas realiza a aula online e ao vivo "Regulamentação de guarda e pensão para pets". Inscreva-se já! ()

Afronta

Após juiz contrariar decisão do STF, Fux volta a derubar vínculo de arquiteta com construtora. ()

Vínculo reconhecido

Justiça do Trabalho reconheceu vínculo empregatício entre um jornalista e o grupo editorial da revista IstoÉ. ()

Interesse de agir

3ª turma do STJ decidiu que a celebração de um acordo entre as partes, antes da citação, para suspender a execução até o cumprimento integral das condições acordadas, não caracteriza perda do interesse de agir por parte do exequente. ()

Contra abuso de menores

Senado aprovou projeto de lei que exige que en-

tidades esportivas adotem medidas para proteger crianças e adolescentes contra abusos sexuais como condição para receberem recursos públicos. ()

Enem

TRF da 1ª região manteve liminar que assegurou a candidata o direito de participar do Enem, apesar do atraso no pagamento da taxa de inscrição causado por problemas de saúde. ()

Espelho de prova

Candidato que realizou o Concurso Público Nacional Unificado poderá acessar o espelho de correção de sua prova para revisar a nota. ()

Delação - Cumprimento de pena

Cumprimento de pena privativa de liberdade prevista em acordos de colaboração premiada deve aguardar sentença penal condenatória transitada em julgado, decide 2ª turma do STF. ()

Direto da Redação

Nosso amado Diretor do Migalhas deu um "não" firme para o aguardado ponto facultativo de Halloween. Segundo ele, essa "bobajada ianque" não tem nada a ver com a cultura brasileira e, portanto, nada de abóboras sorridentes pelo portentoso edifício-sede da redação. Os milhares de colaboradores ainda tentaram argumentar que um "doces ou travessuras" poderia ser adaptado para "bolinho de chuva ou suspensão de prazo", mas ele não cedeu! Não adiantou vestir a fantasia de prazos assombrosos ou ir até a mesa dele como o fantasma do processo eletrônico que não abre - a decisão foi irrecorrível. No fim, o expediente segue, sem teias de aranha ou sustos. Afinal, a única coisa verdadeiramente assombrosa aqui são os pareceres técnicos de 300 laudas, que, inexplicavelmente, continuam sendo juntados nos processos judiciais!

Ataque

Um ataque a tiros atingiu o escritório de advocacia Dalledone & Advogados, em Curitiba. A Polícia Civil investiga o caso, e a OAB acompanha, repudiando a tentativa de intimidação à advocacia. ()

Crime

Cliente e advogada foram mortos a tiros em Jardinópolis, interior de São Paulo. ()

Deus castiga

Segurança de igreja não receberá adicional de periculosidade. Para TST, as condições do contrato não permitem enquadrar a atividade como perigosa. ()

O que será que era?

TRT da 2ª região confirmou demissão por justa causa de empregado que jogou brinde da empresa no lixo. Veja qual era o brinde que causou tanto desgosto. ()

Ofensas

Empresa deve indenizar auxiliar de produção que sofreu ofensas por meio de pichações com palavras de baixo calão em portas de banheiro. ()

Semelhança entre marcas

Juiz Federal anulou o registro da marca Xantyplus, da Forhealth Nutricional, após pedido da União Química Farmacêutica, devido à semelhança com a marca Xantinon. ()

Cobertura contratual

TJ/DF decidiu que seguradora deve cobrir apenas os vidros blindados de um veículo, excluindo a blindagem da lataria, conforme previsto no contrato de seguro. ()

Multa

TJ/PB anulou multa de R\$ 80 mil imposta pelo Procon a instituição financeira, devido à falta de justificativas específicas para o valor. ()

Vícios em carro

Ford deve indenizar cliente devido a defeitos graves de fabricação em veículo com peças ainda em garantia. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

CPC na prática

O julgamento do Resp 1.590.726/PE pelo STJ reforça como aplicar multas em embargos que atrasam o processo, conforme o art. 1.026 do CPC/15, ajudando a evitar abusos e acelerar a Justiça. Confira os esclarecimentos de Elias Marques de Medeiros Neto. ()

ABC do CDC

Desembargador aposentado Rizzatto Nunes critica a importação do Halloween no Brasil, destacando seu caráter comercial e a falta de significado cultural, especialmente para crianças. ()

Migalhas de peso

- "O STF em debate - O amigo do rei", por Ives Gandra da Silva Martins (Advocacia Gandra Martins). ()

- "Um olhar crítico sobre o impacto das indenizações aos investidores", por Francisco Petros (Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados). ()

- "A relativização da eficácia das cláusulas de eleição

de foro nos contratos empresariais a partir do advento da lei 14.879/24", por Daniel Machado Oliveira (RS Advocacia Empresarial). ()

- "TCU aprova solução consensual que devolverá R\$ 1,55 bilhão ao BNDES", por Thiago Cardoso Araújo, Ana Luiza Moerbeck e Jaqueline Corrêa (Bocater Advogados). ()

- "O uso do WhatsApp como ferramenta de comunicação profissional: Aspectos práticos e jurídicos", por Eduardo de Oliveira Cerdeira, Carlos Barbosa e Luiz Guilherme (Cerdeira, Rocha, Vendite, Barbosa, Borgo e Etchalus Advogados e Consultores Legais). ()

- "A sociedade empresarial familiar e o planejamento patrimonial e sucessório: Os benefícios dessa modalidade de planejamento para a continuidade do negócio", por Allanis da Silva, Anna Paula Piovesan Pinheiro e Leonardo Theon de Moraes (TM Associados). ()

- "Litígios no setor imobiliário: A importância de uma assessoria jurídica para empresas", por Lucas Xavier Coelho (Jacó Coelho Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Homenagem

Site em homenagem ao jurista Sérgio Marcos de Moraes Pitombo acaba de ser lançado. Antônio Pitombo, filho do jurista e sócio do escritório Moraes Pitombo Advogados, organizou uma coletânea de artigos, estudos e palestras, que tem como objetivo servir como instrumento de pesquisa e conhecimento jurídico a profissionais do Direito. ()

Baú migalheiro

Há 122 anos, em 31 de outubro de 1902, nasceu Car-

los Drummond de Andrade, um dos mais influentes poetas brasileiros do século XX. Drummond foi uma figura central da segunda geração do modernismo brasileiro, mas sua obra transcende as fronteiras de movimentos literários específicos. Seus temas abrangem desde reflexões existenciais sobre a vida e a morte até questões cotidianas, familiares e políticas, incluindo o socialismo. Sua poesia é notável pela diversidade de formas e estilos, e em algumas obras ele utiliza o dialeto mineiro, enriquecendo a expressão de sua identidade regional. (Compartilhe)

Sorteio da obra

A obra coletiva "**Direito** Autoral e Entretenimento: Novas Perspectivas Jurídicas" (Synergia Editora 302p.), coordenada por Leticia Provedel e Ana Paula Borges Martins, oferece uma análise abrangente das complexas questões jurídicas no campo do entretenimento. Participe do sorteio. ()

Novidades

Dia 4/11, Pedro Marcos Nunes Barbosa, do escritório Denis Borges Barbosa Advogados, lança as novas edições das obras "Direito Civil da **Propriedade** Intelectual" e "Curso de Concorrência Desleal", durante o "XVII CODAIP Congresso de Direito de Autor e Interesse Público", que acontece de 4 a 6/11, no Salão Nobre da Faculdade de Direito da UFPR. No segundo dia do encontro, ele palestrará, às 10h, na mesa "Estudo de Caso 1: Liberdade de expressão vs. **Direitos** autorais: Decisão sobre paródia da canção cálice". () BMA Advogados divulgou "Publicação Tributário" sobre "Infográfico: Transação Extraordinária - Débitos com Autarquias e Fundações Federais". () Cescon Barriou Advogados divulgou "Informa Tecnologia e Inovação" sobre "LinkedIn introduz direito ao opt-out para treinamento de IA generativa". ()

Migalhíssimas

Alexandre Motta, do Grupo Inrise, ministra hoje, às

19h, a palestra "Marketing Jurídico: Os Erros que impedem a Prospecção Ética!", na seccional da OAB Votorantim/SP. () Amanhã, às 11h, Ana Tereza Basilio, de Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Ética Profissional e Processo Ético-Disciplinar", com o tema "Marketing jurídico de acordo com o código de ética e disciplina da OAB", pelo canal YouTube mentoriaoabrj. ()

Dia 5/11, das 11 às 12h, acontece o 4º encontro do projeto "Fronteiras do Compliance", organizado pelo escritório Moura Tavares, Figueiredo, Moreira e Campos Advogados. A edição está repleta de insights para quem busca entender as tendências e desafios do Compliance. Thiago Gomes Coelho abordará o tema "Compliance Regulado" e Flávia Tomagnini apresenta a palestra "Integração de Compliance e Ética Empresarial". Inscrições, . Academia Paulista de Letras, que tem como presidente Antonio Penteado Mendonça (Penteado Mendonça e Char Advocacia), em parceria com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e a Sindseg SP, promove, dia 5/11, das 12h30 às 17h50, o evento "Está chegando o verão: Mudanças climáticas, urbanização e vulnerabilidades - Impactos no curto prazo". () Machado Meyer Advogados realiza dia 7/11, com início às 8h30, o evento exclusivo sobre como os riscos de fraude e compliance impactam o mercado imobiliário. O encontro será conduzido por Maria Flavia Seabra, Juliana Abrusio e Raphael Soré. () AJS - Cortez & Advogados Associados e Mediati Diálogo e Soluções promovem dia 8/11, das 10 às 12h30, o workshop "Entenda como trabalhar com a **Mediação** Trabalhista Extrajudicial". O evento será ministrado pela advogada e professora Alcilene Mesquita. O workshop acontece na sede do escritório, no RJ. Inscrições, . Instituto Nelson Wilians, braço social do escritório Nelson Wilians Advogados, promove dias 21 e 22/11, em SP, o "Hacka Impact", um hackaton que capacitará jovens a desenvolverem soluções inovadoras para a preservação do planeta. () Fábio Medina Osório, do escritório Medina Osório Advogados, participou, dia

29/10, do "II Congresso Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público". O sócio analisou os novos paradigmas do MP brasileiro e mundial diante da IA e da era digital. () Rodrigo Monteiro de Castro, do escritório monteiro de castro, setoguti advogados, foi convidado pela Universidade de Brasília para assumir a coordenação, ao lado da professora Amanda Athayde, do curso de pós-graduação em Direito, Empresa e Mercado dos Esportes e do Futebol. Este programa especializado, composto por 16 aulas, visa formar profissionais capacitados para navegar as complexidades jurídicas e empresariais no cenário esportivo. Fundador do escritório Dotti Advogados, René Dotti, já falecido, foi homenageado no evento "Direito Penal no Século 21", organizado pela EMERJ, que aconteceu dia 25/10. Estiveram presentes no evento Rosarita Dotti e Rogéria Fagundes Dotti, esposa e filha de René. () Recentemente, Izabela Rücker Curi, do escritório Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica, foi citada em decisão do TJ/SP, por meio do seu artigo "Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil (e assuntos afins)", publicado em uma revista acadêmica. O tema também foi objeto da sua dissertação de mestrado, na PUC-SP. De 15 a 18/10, Anne Caroline Wendler, do escritório Rücker Curi Advocacia e Consultoria Jurídica, participou do "XIV Congresso Brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania (CONBRADEC)", como uma das professoras avaliadoras dos trabalhos científicos apresentados. Anne integrou o painel de "Inovação, Tecnologia e Desafios Socioambientais", representando o Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA, instituição na qual cursa doutorado. O congresso aconteceu na Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju. Montaury Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados recebeu o prêmio de "Melhor Escritório de **Marcas** no Brasil", no evento "Global IP Awards 2024", dia 17/10, em Londres. A premiação é realizada pelos guias jurídicos internacionais "IAM Patent 1000" e "WTR1000". A lista de vencedores é compilada anualmente com base em uma pesquisa extensa que contempla milhares de questionários e entrevistas de

profissionais da área de PI em todo o mundo. Os vencedores são selecionados com base em uma ampla gama de critérios relacionados à excelência, desempenho e reputação no mercado. Pelo 3º ano, Chenut foi certificado como um escritório "Great Place To Work".

Reflexão

IASP realiza o evento "Josef K. e o Tribunal da Eternidade - Uma Reflexão sobre 'Processo'", de Franz Kafka, no dia 5/11, das 17h30 às 19h30. ()

Dívida Pública

No dia 5/11, às 10h, AASP promove o evento "Dívida Pública". ()

Webinar

ABPI - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual realiza no dia 21/11, às 9h, o webinar "Coleções de arte no Direito Brasileiro e comparado". ()

Direito do trabalho

FGV Direito SP está com inscrições abertas para a pós-graduação em "Direito do Trabalho". O curso prepara profissionais para lidar com as constantes mudanças no campo trabalhista, adotando uma abordagem crítica e interdisciplinar que valoriza saberes não-jurídicos, para atender às demandas do mercado de forma criativa. ()

Recolocação profissional

Radar - Gestão para Advogados dispõe de soluções que foram desenhadas, de forma estratégica, para atender às necessidades de profissionais que buscam recolocação e desenvolvimento profissional. Entre em contato por telefone. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

GO/Doverlândia

MA/Junco do Maranhão

MA/São Domingos do Maranhão

MG/Miradouro

PR/Rio Branco do Ivaí

RS/Farroupilha

SE/Nossa Senhora da Glória

SP/Iaras

SP/Tejupá

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Sudden Deluge Kills Scores in Spain"

The Washington Post - EUA

"Intense flooding unleashes chaos in Spain"

Le Monde - França

"Pétrole : comment Moscou contourne les sanctions"

Corriere della Sera - Itália

"Spagna, apocalisse di pioggia"

Le Figaro - França

"Les maires démunis face à l'explosion du narcotrafic"

Clarín - Argentina

"Echan a Mondino por votar a favor de Cuba y la reemplaza Werthein"

El País - Espanha

"Casi 100 muertos por la dana"

Público - Portugal

"PSP só tem 295 tasers para cerca de 14 mil agentes que andam na rua"

Die Welt - Alemanha

"Endzeitstimmung in Berlin"

The Guardian - Inglaterra

"Return of tax and spend"

O Estado de São Paulo - São Paulo

"Com alta do dólar e temor de inflação, equipe econômica tenta de novo destravar corte"

Folha de São Paulo - São Paulo

"Taxação de previdência privada em herança sai da reforma tributária"

O Globo - Rio de Janeiro

"Prefeituras pagam a corretores de emendas para receber verbas"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Sem celular na escola"

Correio Braziliense - Brasília

"Câmara acelera PL para proibir celular em escolas"

Zero Hora - Porto Alegre

"Piratini lança plano para duplicar avanço do PIB"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Proposta para cortar gastos amplia divergências no governo Lula"

Daniel Alves indenizará em R\$ 80 mil por apropriação de música



Magistrada confirmou que a música 'Avião', composta em 2017, teve a autoria desrespeitada quando foi exibida em um videoclipe da ONU, atribuindo créditos apenas a Daniel Alves e outros.

Direitos autorais Daniel Alves indenizará em R\$ 80 mil por apropriação de música Magistrada confirmou que a música 'Avião', composta em 2017, teve a autoria desrespeitada quando foi exibida em um videoclipe da ONU, atribuindo créditos apenas a Daniel Alves e outros. Da Redação quinta-feira, 31 de outubro de 2024 Atualizado às 16:36 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A juíza de Direito Priscilla Miwa Kumode, da 41ª vara Cível de São Paulo, condenou o ex-jogador Daniel Alves ao pagamento de R\$ 80 mil de indenização por danos morais a cantores sertanejos pela apropriação indevida da música "Avião". A magistrada reconheceu a autoria da obra musical e ainda responsabilizou a Editora Multiverso, pela violação de **direitos** autorais.

Justiça dá liberdade provisória a Daniel Alves sob fiança de 1 milhão de euros

Os autores afirmaram que a música "Avião" foi composta em 2017 e registrada no ECAD, garantindo os **direitos** autorais. Em 2020, entretanto, a obra foi exibida em rede nacional como parte de um videoclipe promovido pela ONU em uma campanha contra a desinformação na pandemia de covid-19. No entanto,

narraram que os créditos de autoria foram atribuídos exclusivamente a Daniel Alves e a outros, omitindo os verdadeiros coautores.

Daniel Alves deverá indenizar em R\$ 40 mil cada autor. (Imagem: Reprodução/Instagram)

Durante o processo, foi apresentado como prova um documento no qual a música foi registrada no computador pessoal em 2017. Testemunhas também confirmaram a autoria dos autores, e a Justiça acolheu a validade da gravação de uma conversa telefônica como prova. Por outro lado, Daniel Alves não apresentou documentos que sustentassem sua alegação de autoria única da música.

Em sentença, a magistrada ressaltou que o direito de atribuição de autoria é um direito moral inalienável dos criadores da obra, sendo imprescindível que o nome dos autores figure em todas as divulgações e usos da música. Ademais, entendeu que a apropriação da autoria por Daniel Alves e outros réus, sem menção aos autores originais, causou prejuízo moral aos demandantes, que foram privados de receber o reconhecimento público por sua criação.

Além disso, a juíza ressaltou que a utilização da obra em uma campanha de grande visibilidade nacional, promovida pela ONU, intensificou o dano moral, pois o crédito equivocado reforçou a ideia de autoria exclusiva por parte do cantor e de terceiros.

Assim, determinou a anulação do contrato de edição firmado entre a Editora Multiverso e os demais réus, e fixou danos morais em R\$ 40 mil para cada autor.

Processo: 1085289-40.2021.8.26.0100

Confira aqui a sentença.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3

Direitos Autorais

5, 6, 17, 24

Pirataria | Biopirataria

8, 10

Propriedade Intelectual

12, 17

Marco regulatório | INPI

12

Arbitragem e Mediação

14

ABPI

17